

## A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E O MARXISMO: PONTOS E CONTRAPONTO

*Liberation Theology and Marxism: points and counterpoints*

**Celso Kallarrari**  
UNEB

*Artigo recebido e aceito  
em 25 de outubro de 2014*

### RESUMO

Este artigo tem por objetivo mostrar a relação existente entre a Teologia da Libertação e a teoria marxista, bem como seus pontos confluentes e discordantes. Para tal propósito, procuraremos, a partir da leitura de Michael Löwy (2001), identificar as características e princípios da Teologia da Libertação. Este movimento, desde a década de 60, chamou à atenção do Vaticano, ao ponto de, através de dois documentos reguladores, intitulados Instruções sobre alguns aspectos da teologia da libertação, tentar frear algumas iniciativas das práticas sociais que, supostamente, poderiam estar vinculadas aos ideais marxistas. Cabe-nos, portanto, à luz de alguns teóricos (LÖWY, 2001; MADURO, 1998; LESBAUPIN, 2003; BOURDIEU, 1998), compreender como se configurou e como se configura, atualmente, a Teologia da Libertação, que, para o alto-clero soa, muitas vezes, como aspiração à teoria marxista de mudança social; sem, todavia, analisar o porquê dos ideais marxistas atingiu, também, sutilmente, um corpo significativo de profissionais religiosos do seio da Igreja Católica, dentre eles padres e bispos e uma camada significativa de leigos, no contexto latino-americano. Palavras-chave: Religião. Teologia da Libertação. Marxismo. Igreja Católica.

### ABSTRACT

This paper aims to show the relationship between Liberation Theology and Marxist theory, as well as their points confluent and discordant. For this purpose, we will seek, based on the reading Michael Löwy (2001), to identify the characteristics and principles of Liberation Theology. This movement, from the 60, called to the attention of the Vatican the point of, through two regulatory documents, titled Instructions on some aspects of liberation theology, tries to curb some initiatives of social practices that supposedly could be linked to Marxist ideals. It behooves us, therefore, in the light of some theorists (LÖWY, 2001; MADURO, 1998; LESBAUPIN, 2003; BOURDIEU, 1998), understand how configured it and how to configure it currently, Liberation Theology, which, for the high-clergy sounds, often as an aspiration to the Marxist theory of social change, without however analyze the Intent of Marxist ideals, has reached too subtly, a significant body of religious professionals of the Catholic Church, including priests and bishops and a significant layer of laity in the Latin American context.

**Keywords:** Religion. Liberation Theology. Marxism. Catholic Church.

O homem faz a religião, a religião não faz o homem.  
A religião é o suspiro da criatura atormentada, o sentimento de um mundo sem coração, como o é o espírito de estados fora do tempo. Ela é o ópio do povo.

[Karl Marx]

## 1 INTRODUÇÃO

Alimentado pelas ideias de Karl Marx e revestido com o mesmo discurso religioso de Liberté, Igualité e Fraternité – embora tendo nos lábios, declaradamente, seu ateísmo desmedido frente a um novo sistema econômico –, o comunismo ganhou adeptos no mundo todo com suas promessas de justiça social e direitos iguais. Desenvolveu um modelo de sociedade comunal, e diferente da estrutura piramidal, onde não haveria estado, nem classes sociais e, utopicamente, todas as necessidades humanas seriam supridas.

No Brasil, o comunismo chegou, no início do século XX, e, em 1922, foi criado o primeiro partido comunista (PCB), e este, guiado pela teoria científica de Marx, Engels e Lenin, procurou adaptá-las à realidade brasileira. Após a Revolução de 30, ao fim da ditadura militar, chega à legalidade e, devido a este fato, provocou uma série de novos movimentos de esquerda.

As ideias socialistas de Marx não só atingiram a classe dominada brasileira, proletariado e intelectuais, mas, com muita sutileza, chegaram ao seio da Igreja Católica, fazendo adepto um corpo de profissionais religiosos, dentre eles padres e bispos, e uma camada significativa de leigos, corroborando para uma teologia de um cristianismo de libertação a nível latino-americano.

Há mais de 40 anos, autores, teólogos e religiosos tomaram a frente desse novo movimento teológico. Alimentados por essa nova teologia – escrita, a partir da sua práxis –, muitos cristãos buscaram, com base na vivência concreta das Comunidades de Bases (CEBs) e na leitura de um evangelho interpretado e destinado aos pobres, cumprir a “opção preferencial aos pobres”, decorrentes dos documentos do Vaticano II e das Conferências Episcopais de Medellín (1968) e Puebla (1979).

Em função disso, incomodam-nos algumas indagações acerca dessa temática que tentaremos responder, neste artigo, ao discorrer sobre o assunto, quais sejam: Por que a Igreja Católica reprovou a Teologia da Libertação, uma vez que esta – amparada por documentos oficiais da própria Igreja – procurou cumprir suas orientações pastorais desenvolvidas em encontros episcopais? O que de comunismo é possível identificar nessa Teologia? Como é possível haver contribuições à religião de um sistema político ateu que prega, em suas origens, que a religião não faz o homem,

mas é considerada como o ópio do povo? Em havendo contribuições, quais são os pontos convergentes entre a Teologia da Libertação e Marxismo?

## 2 A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO: CONTEXTO HISTÓRICO

No início do século XX, aproximadamente nos anos 30, a América Latina encontra-se num período inicial da sua industrialização, a partir daquilo que chamamos de substituição das importações de produtos manufaturados pela exportação de matérias-primas, o que vai desencadear a situação de dependência e exploração, particularmente, dos Estados Unidos, sob forma daquilo que se denominou neocolonialismo ou imperialismo. Surge, então, por parte dos países desenvolvidos, uma estrutura de império econômico destes países sobre os países em desenvolvimento, cujas condições são as de que os países possuidores de matérias primas não fossem competidores no mercado industrial. *Ipse facto*, desencadeou a prosperidade dos Estados Unidos, grande mercado de produtos manufaturados atualmente.

Com o surgimento da Revolução Cubana, em 1959, cuja luta era por um projeto de valor histórico com bases nos interesses populares, consequentemente, inspirada no espírito comunista, ocasionou o desenvolvimento de outros movimentos sociais, em prol das classes dominadas, que eram postas às margens dos direitos à igualdade e liberdade, preconizadas pelo espírito capitalista neo-liberal. São frutos desses movimentos, alguns líderes e pessoas que, ao tomarem consciência do seu estado de dependência e exploração, verdadeiras causas do subdesenvolvimento, formularam o conceito de libertação e de independência econômica e política do modelo capitalista que pretendia uma ilusão desenvolvimentista.

É nesse contexto de insatisfação popular e de sua forma de resistência de classe às dominações impostas (diante do empobrecimento de muitos e da implantação das ditaduras militares ocorridas em vários países latino-americanos), que se desperta, no seio da Igreja – terreno que, segundo Maduro (1998), é “relativamente autônomo de conflitos sociais” –, o desenvolvimento de uma Teologia (denominada da Libertação), produção religiosa realizada por especialistas do trabalho religioso capazes de satisfazer os interesses subalternos, vindo de encontro às necessidades das classes dominadas. De fato, aqueles momentos exigiam, por parte dos especialistas da religião, uma nova maneira de concepção da fé, enraizada no testemunho dos cristãos da América Latina.

O Concílio Vaticano II (1962-1965)<sup>1</sup> foi, sem sombra de dúvidas, um forte instrumento teórico e força motriz para o desencadear de novos pensamentos no campo teológico da fé cristã latino-americana. Seus do-

<sup>1</sup> Encontro de bispos da Igreja Católica entre os anos de 1962 e 1966, foi convocado pelo papa João XXIII e se encerrou com o papa Paulo VI. Foi uma tentativa de reformar a Igreja Católica e reconciliá-la com o mundo moderno. Neste Concílio, se defendeu o ecumenismo.

cumentos, em especial o *Gaudium Spes*, corroboraram os anseios do povo cristão que buscou uma Igreja mais comprometida com as causas e injustiças sociais, e que fizesse com que a estrutura piramidal se desfigurasse e desse lugar – mesmo que por um curto espaço de tempo – a uma radicalização da cultura católica latino-americana. O movimento ocorreu da periferia para o centro. Decorrente disso, em 1974, especificamente com a publicação de *Teologia da Libertação – Perspectivas*, de Gustavo Gutiérrez, um jesuíta peruano, surgia a Teologia da Libertação. Daí por diante, eventos como o de Puebla e de Medellín, onde se realizaram as Conferências Episcopais da América Latina (CELAM), vieram reforçar a ideia cristã de evangelização preferencial aos pobres e, indubitavelmente, a luta em favor dos pobres e o surgimento das Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs).<sup>2</sup>

Segundo Löwy (2001), em seu livro “A guerra dos Deuses”, a origem e o desenvolvimento da Teologia da Libertação<sup>3</sup>, que ele chama, com maior propriedade de Cristianismo da Libertação - uma vez que esses pensamentos não se desenvolveram, unicamente, intra Igreja Católica, mas, também, de acordo com o autor em Igrejas Protestantes -, se deu a partir do desejo da Igreja Católica de preservar sua influência frente à ascensão de concorrentes religiosos, a exemplo do protestantismo e seitas diversas, e a concorrência política (movimento de esquerda). Na tentativa de definir a Teologia da Libertação, usamos a definição deste autor: “o produto espiritual (como sabemos, o termo vem de A ideologia alemã, de Marx) desse movimento social, mas, ao legitimá-lo, ao lhe fornecer uma doutrina religiosa coerente, ela contribuiu enormemente para sua expansão e fortalecimento” (p. 59).

### 3 MARXISMO: CONTEXTO HISTÓRICO

Originalmente, o termo foi criado e adotado, a partir de uma teoria da sociedade que dá base à análise feita por Marx acerca da sociedade capitalista. Ele refere-se, portanto, às ideias e obras desenvolvidas por Marx e, posteriormente, a partir do Manifesto Comunista, uma das principais obras fundadoras do comunismo. Outros autores influenciaram e sustentaram, em suas obras, o desenvolvimento dos ideais socialistas e comunistas,

<sup>2</sup> O documento de Puebla denunciou as bases das injustiças e afirmou a solidariedade com a aspiração do povo “à libertação de toda servidão”, enquanto que o documento de Medellín (1968) fez a opção preferencial pelos pobres como sujeitos de sua própria história.

<sup>3</sup> A Teologia da Libertação defende uma igreja vinculada à luta contra as injustiças sociais a partir das comunidades eclesiais de base, foi, nas décadas de 70 e 80 na América Latina de maioria católica, o grande motor político que impulsionou conquistas importantes nas lutas contra as ditaduras e na criação de movimentos políticos de relevância nacional. No Brasil, por exemplo, são frutos das comunidades de base o Movimento dos Sem Terra e o Partido dos Trabalhadores, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nos anos 90, a TL diminuiu, significativamente, a partir das investidas do Vaticano, diminuindo o poder de bispos libertadores, a exemplo de Dom Pedro Casaldáliga, Dom Paulo Evaristo Arns, Dom Luciano Mendes de Almeida, entre outros; e nomeando bispos de linha conservadora.

tais como Engels (1820-1895), filósofo alemão que, juntamente com Karl Marx, fundou o chamado socialismo científico ou marxismo; Rosa Luxemburgo (1871-1919), filósofa marxista e militante revolucionária polonesa; Lenin (1870-1924), revolucionário russo, líder do Partido Comunista e responsável em grande parte pela Revolução Russa que aconteceu em 1917. Este autor influenciou, pela sua teoria, os partidos comunistas do mundo todo e Gramsci (1891-1937), político, cientista político, filósofo, comunista e antifascista italiano.

Para o socialismo científico de Marx, a propriedade privada só existe com a apropriação da enorme diferença entre o trabalho desenvolvido pelo trabalhador e a insignificante remuneração deste pela classe dominante, isto é, o que Marx evidenciava era a exploração do homem pelo homem, prática desenvolvida pelo sistema capitalista. A visão de Marx era a de uma sociedade sem divisão de classes, onde a exploração não teria sentido e, para tal propósito, caberia ao proletariado, por meio de uma luta política, consciente e consequente de seu papel, derrubar o capitalismo. Vislumbrou o fim das classes sociais, que ele considerava como impedimento para a construção (por intelectuais) e desenvolvimento de uma sociedade real e não ideal e, preferencialmente, deveria manifestar no proletariado. Segundo Marx,

não importa ao processo de criação da mais valia que o trabalho de que se apossa o capitalista seja trabalho simples, trabalho social médio, ou trabalho mais complexo, de peso específico superior. Confrontado com o trabalho social médio, o trabalho que se considera superior, mais complexo, é dispêndio de força de trabalho formada com custos mais altos, que requer mais tempo de trabalho para ser produzida, tendo, por isso, valor mais elevado que a força de trabalho simples. Quando o valor da força de trabalho é mais elevado, emprega-se ela em trabalho superior e materializa-se, no mesmo espaço de tempo, em valores proporcionalmente mais elevados. Qualquer que seja a diferença fundamental entre o trabalho do fiandeiro e o do ourives, à parte do trabalho deste artífice com a qual apenas cobre o valor da própria força de trabalho não se distingue qualitativamente da parte adicional com que produz mais valia. A mais valia se origina de um excedente quantitativo de trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho, tanto no processo de produção de fios, quanto no processo de produção de artigos de ourivesaria (MARX, 2003, p. 230).

Após a Comuna de Paris, e em detrimento à derrubada do poder da burguesia, Marx começa a defender a abolição do Estado e o “autogoverno dos produtores associados”. Uma verdadeira revolução socialista contra o capitalismo era, para Marx, mudanças urgentes que as necessidades históricas fatalmente desencadeariam ao serem solidificadas com a doutrina socialista que prega as condições de libertação do proletariado.

Em consequência à sociologia marxista, socialismo e comunismo passaram a ser sinônimos durante o século XIX, ao passo que o termo comunismo foi adotado somente após a Revolução Russa, por Lenin, no início do século XX. Em

sua teoria, o termo socialismo havia se desgastado muito a ponto de dizer que o comunismo só seria, verdadeiramente, atingido, após uma transição pelo socialismo. Daí em diante, muitos autores, absorvendo os ideais marxista, disseminaram como vertentes do comunismo outras teorias (dentre elas algumas anárquicas), a exemplo dos comunistas libertários, os socialistas democráticos, o partido comunista de Lenin e suas cisões, o comunismo de conselho.

Os efeitos históricos destes movimentos ficaram na história e a marcaram definitivamente nosso mundo: a Revolução Russa, em 1917, e a queda do Muro de Berlim, em 1989, evento este que simbolizou o fim do comunismo divulgado pela imprensa e vários pensadores modernos. Não obstante, o marxismo é revisto, sobretudo, como uma referência filosófica e política, valorizada e defendida, em partes, por muitos, dentre os teólogos da Teologia da Libertação, em pleno contexto de globalização.

### 3.1 CRISTIANISMO VERSUS COMUNISMO

Aparentemente, ao nos referirmos ao sistema cristão primitivo, no qual os primeiros cristãos dividiam tudo o que tinham e punham em comum aquilo que possuíam, determinadas práticas idealizadas nas mensagens cristãs: “Todos os fiéis viviam unidos e tinham tudo em comum. Vendiam as suas propriedades e os seus bens, e dividiam-nos por todos, segundo a necessidade de cada um” (At. 2, 44-45), parecem, à primeira vista, não diferentes ao que prega o socialismo marxista. Entretanto, despidendo-se de uma visão ingênua, e analisando mais profundamente esses dois extremos, percebemos, no contexto moderno, que existe, no comunismo, tão bem disfarçado de ideal socialista, uma hostilidade *opus proprium* agressiva ao espírito cristão. Em outras palavras, são enormes as diferenças sob o ponto de vista de ambos.

Segundo o espírito cristão, o “comunismo primitivo”, na verdade, está ligado ao que chamamos de espírito voluntário, resultado de um espírito de amor vivenciado pelas primeiras comunidades cristãs, longe do espírito de liberdade, igualdade e fraternidade que o comunismo foi buscar nos ideais da Revolução Francesa que, por sua vez, inspirou-se no cristianismo. Nesse sentido, não é a mesma liberdade que os primeiros cristãos buscam em suas pequenas comunidades que o comunismo anuncia; em contrapartida, busca a coerção. Basta observarmos o comunismo da antiga união soviética, cuja ideologia de classe chegou aos excessos, excluindo a verdadeira justiça social e o espírito de amor e, ao invés do amor e da justiça social, seus interesses próprios, pois a classe que se encontra no poder não se preocupa com os demais cidadãos que são deixados de lado.

Nas palavras de Filareto (2007), o comunismo Russo não cumpriu com seus ideais, pois

Ao falar de sua nova ordem, de seu estado livre, o comunismo promete constantemente uma “ditadura do proletariado”. Assim, com o tempo, o dito manifesto não deu nenhum sinal da prometida ditadura do proletariado, o que existe é uma ditadura burocrática sobre o proletariado. Além de que, não há nenhuma manifestação de liberdade política sob esse sistema: nem liberdade de imprensa, reunião, nem inviolabilidade de residência. Somente os que viveram na União Soviética podem saber a violência e a intensidade da opressão que ali reina. Sobre tudo isso, impera um terror político que jamais foi experimentado antes: execuções e crimes, exílios e prisões em condições incrivelmente rígidas. Isto é o que o comunismo tem dado ao povo russo, no lugar da liberdade prometida (FILARETO, 2007, s/p).

Na visão da Igreja, em suas essências, Cristianismo e Comunismo trazem marcas ideológicas e diferenças fundamentais. Tanto é que, de uma forma obstinada, os comunistas têm aversão à fé, pois são supostamente ateus e, por isso, renunciam toda e qualquer religião. Contrariamente, torna-se uma “religião”, uma “religião fanática” e intolerante, uma “religião da terra”, enquanto que o cristianismo é uma religião do céu, preocupada com o amor, a justiça e a liberdade de todos e na verdade do Cristo. Por outro lado, a “religião comunista” é uma “religião de um pragmatismo seco e racional, que tem como objetivo de criar um paraíso terreno”, sem, contudo, preocupar-se com a questão espiritual.

O pensamento ateu de o comunismo poder ser demonstrado nas palavras de Feuerbach (apud BELLO, 1998), quando afirma que “o cristianismo se revela como uma religião enganadora porque, ao se revelar como instituição divina, busca tocar o coração do homem naquilo que considera como o “desejo de ser amado”. Segundo o autor,

a religião, elo menos a religião cristã, é o conjunto das relações do homem consigo mesmo, ou melhor, com o próprio ser, visto porém como um outro ser. O ser divino não é outra coisa senão o ser do homem libertado dos limites do indivíduo, isto é dos limites da corporeidade e da realidade, e objetivado, isto é, contemplado e adorado como um outro ser distinto dele próprio. Todas as qualificações do ser divino portanto são qualificações do ser humano (FEUERBACH, apud BELLO, 1998, p. 164).

Por conseguinte, Marx (apud BELLO, 1998) acusa a religião. Segundo este autor, procura desviar a atenção dos oprimidos das condições de opressões, a fim de que estes não busquem uma “consolação terrena” e ao garantir, em suas prédicas, um poder extraordinário aos opressores. Com efeito, a crítica marxista é de cunho ateu, principalmente porque reduz a religião a um fator social, quando assim se expressa:

O homem faz a religião, mas a religião não faz o homem. E justamente a religião é a consciência de si próprio, portanto do homem que ainda não adquiriu o próprio domínio ou logo o perdeu. Mas o homem

não é um ser abstrato, escondido fora do mundo. O homem é o mundo do homem, o estado, a sociedade. Este estado, esta sociedade produzem a religião. (MARX, apud BELLO, 1998, p. 165).

Em oposição a esse pensamento, Ivo Lesbaupin (2003), ao comparar marxismo e religião, e expor os pensamentos dos clássicos socialistas, diz que é preciso, primeiramente, distinguir as concepções herdadas de uma tradição que, para o autor, entendia de forma negativa a afirmação feita por Marx: “a religião é o ópio do povo”. Segundo Lesbaupin (2003), além da teoria e de um conjunto de ideias transmitida pela tradição, havia também a oposição entre as igrejas e o marxismo, e, nos países socialistas reais, o cerceamento às igrejas cristãs.

Esta resistência, motivada pela teoria marxista, afirma que há mudanças de posição entre a prática e a teoria marxista no que tange à religião. Isso, na verdade, confirma que, nem sempre, segundo Maduro (1998), a religião faz parte da ideologia dominante, subentendendo que há alguns setores de igrejas que lutam comprometidos com as classes dominadas a ponto de também sofrer as possíveis repressões ou as vitórias.

Segundo o ponto de vista de Lesbaupin (2003), os cristãos podem assumir uma posição revolucionária sem, contudo, perder seus preceitos e moral cristãos. Assim comenta-nos Frei Betto: “[...] a religião, sob a ótica política, não é em si mesma ópio ou remédio milagroso. Pode ser ópio ou maravilhoso remédio na medida em que sirva para defender os opressores e os exploradores ou os oprimidos e os explorados” (apud LESBAUPIN, 2003, p. 29).

## 5 TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E O MARXISMO: PONTOS E CONTRAPONOTOS

Com base na nossa indagação primeira de que a Teologia da Libertação apresenta alguns pontos convergentes que, às vezes, a aproxima do marxismo e, por outro lado, alguns contrapontos que a desaproxima dos ideais marxista, propomo-nos identificá-los, tendo, inicialmente, como leitura a análise da história do Cristianismo da Libertação na América Latina. Para esse fim, achamos coerente buscar em *A Guerra dos Deuses*, do referido autor Michael Löwy (2001), que define o produto da Teologia da Libertação como espiritual. Para melhor defini-lo, utiliza-se do conceito de Marx, ao dizer que esse produto espiritual ao ser legitimado pela Teoria da Libertação contribuiu para sua expansão e fortalecimento, ganhando, dessa forma, uma doutrina religiosa coerente, apesar ter sido muito combatida pelo Vaticano e pelo CELAM (Conselho de Bispos Latino-Americanos). Para seus defensores, a Teologia da Libertação não pode ser vista meramente como um discurso social e político; pelo contrário, ela é, na verdade, “uma reflexão religiosa e espiritual.” (p. 59). Isso quer dizer que os pobres, na nova teologia, são considerados como os agentes de sua própria libertação e sujeito de sua própria história, contra-

riando, portanto, a doutrina tradicional da Igreja que, per si, via os pobres como um objeto de caridade.

Löwy (2001) define o cristianismo de libertação na América Latina como um corpo de textos produzidos a partir de 1970, por escritores latinos americanos. Para este autor, a melhor forma de expressar esse vasto movimento social, iniciado no começo da década de 60, é nominá-lo de cristianismo da libertação. Este movimento, por sua vez, envolveu alguns setores da Igreja, como padres, bispos e grupos de leigos a frentes de movimentos (Juventude Universitária, Juventude Operária Cristã, Comunidades Eclesiais de Base, dentre outros) com caráter mais voltado às causas sociais que propriamente espiritual.

Löwy (2001), inicialmente, questiona se, de fato, aconteceu a luta de classes dentro da Igreja e, na busca por essa resposta, apresenta-nos algumas hipóteses. Na possibilidade de uma resposta afirmativa, entende-se que certas posições correspondem aos interesses das elites dominantes e outras aos dos oprimidos, enquanto que bispos, jesuítas ou padres chefiam a “Igreja dos Pobres”. De outra forma, uma vez que estes profissionais não são identificados como pobres, é preciso considerar que a resposta seja negativa, pois os motivos que os levariam à dedicação aos pobres seriam de ordem espirituais e morais, legado adquirido pela religião, pela fé e tradição católica.

A nova Teologia apresenta alguns princípios básicos que a distancia enormemente da tradição religiosa. Desse modo, podemos enumerá-los: a luta contra a idolatria, a libertação humana histórica, crítica da teologia dualista tradicional, uma nova leitura da bíblia, uma forte crítica moral e social do capitalismo, o uso do marxismo como instrumento socioanalítico, a opção preferencial pelos pobres e o desenvolvimento de comunidades de base cristãs, o que seria, para Weber, uma religiosidade soteriológica comunitária. Daí, podemos perceber a origem de determinados conceitos, tais como “trabalho pastoral” ou “libertação” “que têm um significado que é tanto religioso quanto político, tanto espiritual quanto material, tanto cristão quanto social.” (LÖWY, 2001, p. 62).

O autor levanta outra hipótese de que a afinidade eletiva da Teologia da Libertação

baseia-se em uma matriz comum de crenças políticas e religiosas, ambas enquanto um ‘corpo de convicções individuais e coletivas que estão fora do domínio da verificação e experimentação empíricas ... mas que dão sentido e coerência à experiência subjetiva daqueles que as possuem (LÖWY, 2001, p. 62-63).

Goldmann (apud LÖWY, 2001) faz uma comparação com o que é transcendental na religião (Deus) e a comunidade humana, que carrega um valor utópico. Por outro lado, para a cristianismo da Libertação latino-americano, a comunidade exerce valores transindividuais, o que lhe permite

uma compreensão não só do transcendente como imanente, mas também como ético/religioso e sociopolítico.

No Brasil, percebe-se claramente a influência do cristianismo de libertação, embora atinja uma minoria das igrejas latino-americanas, o que mostra que seu impacto é perceptível. Historicamente, a denúncia do regime militar e o seu forte apoio à luta de trabalhadores e à reforma agrária têm demonstrado o quanto alguns profissionais da religião – apesar de a sua maioria não ser política –, têm resistido em prol das classes menos favorecidas, buscando a garantia de seus direitos e fazendo justiça aos injustiçados. Por outro lado, dentro da própria Igreja, os movimentos cristãos revolucionários encontram resistências clericais, por parte de uma casta de conservadores são os resistentes à teologia da libertação.

Thomas C. Bruneau (apud LÖWY, 2001) defende a ideia de que a Igreja Católica começou a inovar porque desejava, necessariamente, preservar sua influência. Por um lado, a perda significativa de fieis às igrejas protestantes e movimentos sectários e à concorrência política, forçou-a a compreender que era preciso voltar-se para as classes menos favorecidas e, automaticamente, buscar novas saídas para suas eventuais crises. Para esse autor, essa mudança propositadamente foi para manter as influências.

Em resposta a algumas indagações, tais como: “De onde originaram orientações modificadas? Por que a Igreja já não concebia sua influência naquela mesma maneira tradicional – através de suas relações com as elites sociais, com o poder político?”, Löwy (2001) explica-nos que, segundo os sociólogos da esquerda, “a igreja mudou porque o povo ‘tomou conta’ das instituições, converteu-a e fez com que ela agisse em seus interesses”. Por outro lado, surge uma outra pergunta: “por que as classes trabalhadoras converteram a igreja à luta em favor de sua causa? (p. 68).

Segundo Maduro (1998, p. 69), isso aconteceu por conta de uma certa autonomia relativa do campo eclesiástico-religioso, determinada por contextos culturais e sociais específicas à Igreja, uma vez que, sem as quais, sua abertura para o povo não pode ser compreendida. De acordo com este autor, o fato da religião desempenhar o papel revolucionário depende muito mais das condições microssociais e macrossociais objetivas nas quais os atores se encontram situados. Por conseguinte, a capacidade de uma classe subalterna de transformar suas condições de existência depende de sua aptidão para desenvolver uma visão do mundo independente e diversa da visão do mundo das classes dominantes. Maduro (1998), ao comentar sobre o papel da religião na estratégia autonômica das classes subalternas, cita-nos três níveis onde a religião pode influir, quer seja no nível da consciência de classe, quer no nível da organização ou mobilização de classe.

Na opinião de Löwy (2001), há uma diferenciação entre a gênese do cristianismo da libertação e o movimento social na América Latina. Este

movimento, ou seja, a Teologia da Libertação é resultado de mudanças internas e externas da Igreja, ocorridas, a partir da década de 50 e desenvolvidas a começar da periferia, mas que tomou direção ao centro da instituição.

As influências do Vaticano II foram de fundamental importância, pois – ao despertar o interesse religioso para as grandes reivindicações da modernidade, por exemplo, a industrialização –, causou maior dependência e estimulou o êxodo rural, assim como as influências de Fidel Castro e Che Guevara.

Não se trata de um processo de radicalização da cultura católica latino-americana que tenha começado de cima para baixo e nem de baixo para cima, mas sim da periferia para o centro. Isso porque os seus participantes eram todos das periferias opondo-se aos seus consultores, leigos-especialistas, padres estrangeiros e ordens religiosas. Estes últimos, por gozar de certa autonomia em relação à hierarquia episcopal, absorvidos pela nova teologia, preconizavam nova prática e novo pensamento teológico, levantaram-se em protesto contra o mundo da mesma forma contra as forças internas resistentes da Igreja. É bom lembrar que esse fenômeno não só ocorrera na América Latina, mas atingiu também, em proporções menores, alguns lugares da Europa e dos Estados Unidos.

Para Gutiérrez (apud KEPEL, 1995, p. 85), não há duas realidades (temporal e espiritual), da mesma forma que não há duas histórias (sagrada e profana). Existe tão certo uma história humana e temporal, onde, nesses dois contextos, na relação entre essas duas realidades, o plano de salvação e a implantação do reino de Deus devem ser realizados. E, para isso, segundo o autor, é preciso romper com o dualismo herdado da antiguidade grega e não apenas esperar passivamente pela redenção que, um dia, virá dos céus.

A releitura bíblica contextualizada, mais especificamente, a história do êxodo, conforme Carlos Mesters e Giancarlo Oliveri (1996), ilustra uma história de luta política e religiosa ao mesmo tempo.

De fato, na leitura bíblica, os pobres já não são encarados simplesmente com um olhar piedoso para o qual devemos agir de maneira caridosa, mas devem ser vistos como escravos hebraicos e, sobretudo, como agentes de sua própria emancipação. Essa releitura bíblica, de fato, vai levar a Teologia da Libertação a se alimentar dos ideais marxistas. Segundo Gutiérrez:

Estimulado, em grande parte, pelo marxismo, retorno a suas próprias fontes, o pensamento teológico se orienta a refletir sobre o sentido da transformação deste mundo e a ação do homem na história. [...] Assim entendida, a teologia tem um papel necessário e permanente na libertação de toda a própria instituição eclesial, que impede ao crente aproximar-se de maneira autêntica da palavra do Senhor. [...] Somente uma destruição radical do presente estado das coisas, uma transformação profunda do sistema de propriedade, a chegada ao poder da classe explorada, uma revolução social, por fim a dependência. Somente estes atos abrirão o caminho para uma sociedade diferente, a uma sociedade socialista, ou

pelo menos torná-lo possível (GUTIÉRREZ apud KEPEL, 1995, p. 85, nossa tradução).<sup>4</sup>

De acordo com Löwy (2001), Gutiérrez – ao rejeitar veementemente a teoria do desenvolvimento e acreditar que a única solução seria uma destruição radical da situação de dominação e defender a tomada do poder pelas classes exploradas –, vê os povos desfavorecidos do continente americano como povos exilados em sua própria terra, mas que, apesar dessa situação desfavorável, quando imbuídos de uma visão, construída a partir das relações com os agentes profissionais da Igreja, estão em marcha de êxodo a caminho de sua libertação, numa jornada contínua pela independência. Podemos perceber isso, nas palavras de Oliveri (1996, p. 70), ao se referir ao projeto do povo de Deus, a partir do livro do Êxodo (15, 22-20,21), de onde ele retira a proposta e as regras para um nova economia:

cada um colha quanto baste para comer (v. 16). As necessidades básicas devem ser satisfeitas para todos. Segundo essa regra, diante das exigências do mercado é um mercado que é para a minorias, segundo o modelo neoliberal de economia, só haverá libertação quando ele for voltado para a maioria.

ninguém guarde para a manhã seguinte (v. 19). Não se deve acumular. A acumulação de alguns provoca a falta para outros. Segundo o autor, “falta recurso porque poucos acumulam e esbanjam demais, subtraindo o que é de todos da mesa do planeta terra.

o sábado é repouso completo, um dia santo para Javé. (v. 23). Ninguém deve ser obrigado a trabalhar sem descanso, nem pela necessidade, nem pelo desejo da acumulação (OLIVERI, 1996, p. 70).

Seguindo essa mesma linha de pensamento e interpretação bíblica, em 1972, o Movimento Cristão para o Socialismo tentou elaborar, sob o apoio de dois jesuítas chilenos e um bispo, uma síntese entre o marxismo e o cristianismo, considerando que aquele contexto era o lugar propício para fazer valer a fé viva como uma verdadeira história de luta contra a opressão capitalista.

Esse acontecimento, assim como outros que desencadearam no decorrer da história, fez com que, em 1984, Roma, temerosa com o crescimento dos movimentos cristão e da Teologia da Religião, publicasse, por um lado, uma Instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação

<sup>4</sup> Estimulado em gran medida por el marxismo, devuelto a sus propias fuentes, el pesamiento teológico se orienta a reflexionar sobre el sentido de la transformación de este mundo y la acción del hombre en la historia. [...] Así entendida, la teología tiene un papel necesario y permanente em la liberación de toda la propia institución eclesiástica, que impide al creyente acercarse de manera auténtica a la palabra del Señor. [...] Sólo una destrucción radical del presente estado de cosas, una transformación profunda del sistema de propiedad, la llegada al poder de la clase explotada, una revolución social, pondrán fin a la dependência. Sólo estos hechos abrirán el tránsito a una sociedad diferente, a una sociedad socialista, o al menos lo harán posible.

pela Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé. A TL foi considerada como uma espécie de heresia porque, segundo o documento baseava nos conceitos marxistas de liberdade e libertação cristã. O documento buscou se recuperar “alguns dos temas da teologia da libertação, mas espiritualizou-os, despindo-os de seu conteúdo social revolucionário” (LÖWY, 2001, p. 82). Por outro lado, seguido de outro documento, dois anos depois, o Vaticano parece um pouco menos relutante em relação à Teologia da Libertação, ao ponto de declarar que

As “teologias da libertação” recorrem amplamente à narração do Livro do Êxodo. Este constitui, de fato, o acontecimento fundamental na formação do povo eleito. É preciso não perder de vista, contudo, que a significação específica do acontecimento provém de sua finalidade, já que esta libertação está orientada para a constituição do povo de Deus e para o culto da Aliança celebrado no Monte Sinai. Por isso, a libertação do Êxodo não pode ser reduzida a uma libertação de natureza prevalentemente ou exclusivamente política. É significativo, de resto, que o termo libertação seja às vezes substituído na Sagrada Escritura pelo outro, muito semelhante, de redenção (LIBERTATIS NUNTIUS, Capítulo IV, n. 3).

E, mais adiante, continua dizendo que

Não se pode tampouco situar o mal unicamente ou principalmente nas “estruturas” econômicas, sociais ou políticas, como se todos os outros males derivassem destas estruturas como de sua causa: neste caso, a criação de um “homem novo” dependeria da instauração de estruturas econômicas e sociopolíticas diferentes. Há, certamente, estruturas iníquas e geradoras de iniquidade, e é preciso ter a coragem de mudá-las. Fruto da ação do homem, as estruturas boas ou más são consequências antes de serem causas. A raiz do mal se encontra, pois, nas pessoas livres e responsáveis, que devem ser convertidas pela graça de Jesus Cristo, para viver e agir como criaturas novas, no amor ao próximo, na busca eficaz da justiça, do autodomínio e do exercício das virtudes (LIBERTATIS NUNTIUS, Capítulo IV, n. 3).

Apoiadas na crítica da modernidade, a Teologia da Libertação e as Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs), surgidas em 1960, constituindo um pequeno grupo de vizinhos que pertencem à mesma comunidade (favela, aldeia, periferia, etc.) que se reúnem para rezar, cantar, comemorar, a partir de uma leitura contextualizada da bíblia, buscam, a partir da reflexão de sua própria experiência de vida, inseridas num mundo moderno, alguns ideais (liberdade, igualdade, fraternidade) já preconizados pela Revolução Francesa. Essa posição lhes permite uma aversão ao sistema capitalista e aos seus princípios que pregam o desenvolvimento industrial, bem como suas técnicas e inovações modernas no campo da produção, uma vez que negam esses fatores como possíveis soluções aos problemas sociais emergentes do continente latino-americano, mas uma mola propulsora da pobreza, desigualdade social, desemprego.

Por essa razão, “os projetos desenvolvidos pelas CEBs são empreendimentos de cooperativas locais com técnicas tradicionais ou semi-modernas” (LÖWY, 2001, p.105), que empregam pouco capital, mas em contrapartida muita mão-de-obra, o que permite averiguar que as técnicas modernas são avaliadas quanto às consequências que podem causar no impacto com o trabalho humano, e não simplesmente pelos resultados econômicos que elas, respaldadas na tecnologia, poderão trazer. De fato, as CEBs buscam melhorias a partir de soluções que vêm de baixo.

Antagonicamente, a crítica ao Capitalismo, na verdade, é uma herança da Igreja tradicional que a Teologia da Libertação tão bem adotou. A diferença está na força da hostilidade. Para a Teologia da Libertação sua crítica à modernidade é muito mais radical, o que a torna mais abrangente e sistemática, porque é capaz de combinar a crítica moral com a crítica marxista da exploração ao ponto de substituir a caridade aos pobres pela luta por justiça social, propondo, assim, uma economia socializada. Seus ataques ao capitalismo são muito mais contundentes, pois este é considerado como falsa religião, uma idolatria do Mercado. Em outras palavras, a crítica das comunidades de bases contra as elites latino-americanas está mais voltada às suas contradições e seus consequentes desastres da modernidade industrial/capitalista.

É com base nesse contexto que a Teologia da Libertação busca uma combinação entre a interpretação da bíblia e a análise marxista, a fim de responder às “exigências da ciência e ao desafio de nossa época” (LÖWY, 2001, p.115). Este pensamento é, para a Igreja, perigoso, uma vez que alimenta ideias revolucionárias, por conta de uma afinidade entre a utopia religiosa e a socialista, buscadas na teoria marxista, capazes de conquistar um setor pequeno, mas com grande significados no interior da Igreja Católica na América Latina.

## 5.1 PONTOS E CONTRAPONTO

Em nome dessa afinidade utópica, tanto o socialismo quanto a Teologia da Libertação criticam as visões individualistas do mundo. Ambos compartilham do universalismo, dão grande valor à comunidade, criticam o capitalismo e buscam pela instauração de um novo reino, no qual funcionem a justiça e liberdade, a paz e a fraternidade entre todas as nações. E, devido a certas influências, a exemplo de Althusser, muitos teólogos da Teoria da Libertação encaram o marxismo, apesar das críticas do Vaticano, como uma ferramenta capaz de proporcionar o conhecimento da realidade dos povos da América Latina. Tanto para aqueles que vivem às margens dos grandes centros (desempregados, pobretariados) quanto os poucos que vivem no campo, reféns da tecnologia e excluídos do sistema produtivo.

A opção preferencial pelos pobres, preconizada nos documentos de Medellín (1968) e Puebla (1979), foi, sem dúvida, um despertar para a ação social (BRITO, 2010), uma estratégia de conciliação e comprometimento com a organização e luta das populações pobres em busca da sua libertação, que os teólogos da libertação souberam tão bem aproveitar, a fim de dar início a uma nova forma de organização e de luta em favor das populações desfavorecidas.

Löwy (2001) demonstra que a luta contra a pobreza é o ponto de convergência entre o pensamento marxista e a Teologia da Libertação, principalmente quando esta procura entender as causas da pobreza. Segundo Gutiérrez (apud Löwy, 2001), “não odiamos nossos opressores, nós queremos libertá-los também, libertando-os de sua própria alienação, de sua ambição, de seu egoísmo – em uma palavra, de sua desumanidade” (p. 125). Para ambos, a pobreza é produto de um capitalismo dependente, que controla a economia e faz gerar a miséria para a maioria e a riqueza desproporcional a uns poucos privilegiados. Apesar do cristianismo da libertação utilizar, por um lado, do socialismo como forma de mediação para a renovação teológica, e servir-se das críticas marxistas em relação à igreja e às suas práticas religiosas e sacralizantes de algumas ações e mensagens que servem à ideologia dominante, o autor deixa claro que, por outro lado, rejeitam a filosofia materialista, a ideologia ateísta e a tendência econômica do marxismo.

Para Löwy, “o cristianismo da libertação, inspirado, em primeiro lugar, por considerações religiosas e éticas, demonstra um anticapitalismo muito mais radical, intransigente e categórico e, para alguns, até serve de inspiração ao socialismo”, embora “não se dê, atualmente muita ênfase ao relacionamento entre o cristianismo da libertação e o marxismo” (2001, p. 134). Esta ênfase ao marxismo foi, sem dúvida, a preocupação constante da Igreja Católica, deixando-a insegura quanto à sua posição em relação à Teologia da Libertação.

Apesar de o Comunismo ser combatido pela Igreja Católica desde a sua excomunhão decretada pelo Papa Pio XII, logo após a Segunda Guerra Mundial, percebe-se que ainda restou, na América Latina, certa convergência surpreendente do cristianismo e do marxismo, “durante os últimos trinta e cinco anos – especialmente através da teologia da libertação – foi um dos fatores mais importantes de transformação social na história moderna do hemisfério” (LÖWY, 2001, p. 112).

A doutrina social da Igreja tem rejeitado as ideologias totalitárias e atéias dos tempos modernos que, muitas vezes, são associadas ao socialismo ou comunismo. Por outro lado, até mesmo o capitalismo, apesar da aparente aceitabilidade, é constantemente acusado de proporcionar o individualismo e a desmedida lei do mercado sobre o trabalho humano, sem, todavia, a consolidação da justiça social. A Igreja concebe, pois, em sua

doutrina social a necessidade de “levar os homens a corresponderem, com o auxílio também da reflexão racional e das ciências humanas, à sua vocação de construtores responsáveis da sociedade terrena” (SOLLICITUDO REI SOCIALIS, 1987, p. 1).

A Teologia da Libertação ou o Cristianismo de Libertação tentou, e ainda tenta, corresponder com a realidade existencial, particularmente, dos povos da América Latina, onde

o desafio moral da pobreza e da opressão se apresentava de uma maneira inevitável, ao mesmo tempo em que a Europa e a América do Norte tinham atingido uma afluência até então desconhecida. Esse desafio evidentemente exigia respostas novas que não podiam ser encontradas na tradição existente. Essa situação teológica e filosófica foi um convite formal para que se buscasse uma resposta em um cristianismo que se permita ser guiado pelos modelos de esperança, baseados na ciência, propostos pelas filosofias marxistas (GUTIÉRREZ, apud LÖWY, 2001 p. 114-115).

Segundo Oliveri (1996), em sua obra *Bíblia: da vida à palavra*, quando há exploração, uma posição de força para reduzir o outro a objeto de exploração, é sinal de que o pecado reina. E, nesse caso, precisamos, a partir das experiências da vida, buscar na tradição bíblica a origem da situação do pecado, contrária ao projeto de Deus, qual seja, as relações de opressão e de exploração, impedindo, assim, a fraternidade dos homens. Assim, expressa-se o autor, ao referir-se a passagens do gênesis e ao pecado original:

Neste sentido o texto do Gn. 3 é realmente a **REVELAÇÃO DO ANTI-PROJETO DE DEUS**: é o **PODER** (no caso o **ESTADO**) que se serve da **RELIGIAO** (serpente), associada à exploração do que há de mais sagrado na origem da vida (**SEXO**, culto da fertilidade) para **EXPLORAR** os mais fracos, tirando do **LAVRADOR** o produto do solo e da **MULHER** o produto de seu ventre. Como vencer este pecado tão universal? O Antigo Testamento mostra o caminho dos **profetas**: **denunciar** a opressão, que para os profetas se identifica com a **IDOLATRIA** (porque não respeita Javé, o Deus da Aliança) e com a **PROSTITUIÇÃO** (porque **adulteram** as relações humanas, sobretudo as relações sexuais entre homens e mulheres, que se tornam também relações de **EXPLORAÇÃO**). (OLIVERI, 1996, p. 34-35, negritos do autor).

Em conformidade com Boff (AGÊNCIA BRASIL, 2007), Libanio (2001) vislumbra o futuro de uma igreja da Libertação, segundo ele, um cenário onde a Igreja é vista como práxis libertadora. A Igreja da América Latina desde os idos de Medellín vem, dia após dia, se reforçando, aprofundando sua opção preferencial pelos pobres, pela sua causa. Consoante aos novos tempos, essa igreja continuará avançada, apesar de todas as modificações de um mundo secular, “não será uma entre outras opções”, mas chega a considerá-la como o “eixo estruturante de toda a Igreja”. De acordo com ele, esta Igreja libertária

atravessará a fé, as expressões dogmáticas, dando-lhes nova compreensão. Deixá-las-á intactas na ortodoxia, mas formulará novas interpretações. Deslocará a centralidade da moral sexual e familiar para o campo social. Ao introduzir o pobre na Igreja, produzirá mudanças profundas em sua organização. As estruturas paroquiais pesadas serão substituídas pelas ágeis comunidades de base. (LIBANIO, 2001, p. 91).

Segundo Leonardo Boff (AGÊNCIA BRASIL, 2007), as possíveis palavras a serem proferidas por Bento XVI<sup>5</sup> em relação à Teologia da Libertação resumir-se-á em não politizar demais a igreja, fazer algumas advertências enquanto pastor, tentar ajustar as práticas dessa igreja da libertação às diretrizes já escritas nos documentos de Medellín (1984), o qual ele considera negativo e o de Puebla (1986), segundo ele, positivo. Para ele, a teologia da libertação já é algo resolvido:

O papa já considera uma coisa resolvida. A Igreja já disse o que tinha que dizer e pronto. O que ele poderá fazer aqui e acolá é alguma advertência. Mas eu acho que se tem que reconhecer que essa é uma teologia eclesial, ajuda os fiéis e torna a igreja mais encarnada. E isso foi constatado estatisticamente. Onde existe comunidade de base, pastoral social, Teologia da Libertação, saem muito menos católicos para outras igrejas (AGÊNCIA BRASIL, 2007).

Nesse contexto de secularização, a Igreja Católica, por mais que tente resistir às exigências da diferenciação, não consegue manter-se indiferente às causas sociais emergentes de uma sociedade plural e desigual, tanto econômica quanto culturalmente. Daí, sua postura, às vezes, maleável (no entanto, às vezes retrógrada e inflexível) em relação às práticas de uma Teologia Libertária. Indubitavelmente, a Religião

deve pôr, em relação, em si mesma, decisões especificamente religiosas e não religiosas, e pô-las ambas em relação tanto com o ambiente social interno como com o ambiente interno do sistema religioso, ou seja, tanto com os membros como com os não membros, à medida que estejam religiosamente bem dispostos. Toda decisão comporta uma relação que pode assumir características bastante diferenciadas. As opções se multiplicam e a dimensão religiosa de base se dilui no magma das situações possíveis, não facilmente controláveis e justificáveis. (CIPRIANI, 2007, p. 307-308).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao elaborar certas “Instruções” ao clero e fiéis leigos membros do Movimento Libertário Cristão, de modo especial, à sua Teologia, a Igreja Católica tenta coibir eventuais distorções doutrinárias, ou seja, tudo o que se opõe à Sã doutrina Católica, a exemplo da ameaça que a Teologia da Libertação significa quando, em sua literatura e suas práticas, deixa trans-

<sup>5</sup> Artigo escrito prestes e durante a visita do Papa Bento XVI ao Brasil, em maio de 2007.

parecer alguns ideais marxistas, contrários à hegemonia e ideologia dominante da Igreja.

De outra forma, como podemos observar, a autonomia religiosa ou uma visão de mundo diferente e oposta à visão hegemônica do mundo não basta para que uma classe chegue a tornar-se religiosamente autônoma em relação às classes dominantes. É imprescindível que, segundo Maduro (1998), “essa visão religiosa do mundo – além de ser diversa e oposta à hegemonia – a faça perceber-se como classe subalterna em oposição às classes dominantes e desejosa – capaz – forçada a superar a sua própria condição subalterna, transformando as relações de dominação” (p. 180). Em contrapartida, essa autonomia não é possível sem, antes de tudo, inovações religiosas que se constituam como um elemento dinamizador da autonomia religiosa de uma classe subalterna que, por sua vez, consiga conservar certa continuidade com as suas tradições e com as tradições religiosas, e uma certa ruptura com as tradições religiosas hegemônicas. Enfim, de acordo com Maduro, acerca da eventual função revolucionária dos sistemas religiosos, “toda igreja [...] abriga em seu seio conflitos tais que seu desenvolvimento pode, sob certas circunstâncias, favorecer processos religiosos com funções sociais não conservadoras e até revolucionárias” (MADURO, 1998, p. 188).

Seguindo esse pensamento, tentamos mostrar que existem alguns pontos que, para nós, são chamados de convergentes entre a Teologia da Libertação e as ideias marxistas *pari passu* a outros que, naturalmente, se contrapõem. A partir desse pressuposto e da análise feita entre a compreensão da literatura da Teologia da Libertação e alguns documentos católicos, pudemos perceber que, de fato, segundo Löwy (2001), há afinidade entre o espírito messiânico e um espírito revolucionário. A Teologia da Libertação e os ideais marxistas baseiam-se, “enquanto um ‘corpo de convicções individuais e coletivas que estão fora do domínio da verificação e experimentação empíricas [...] mas que dão sentido e coerência à experiência subjetiva daqueles que as possuem” (p. 62).

Seguindo essa linha de raciocínio, alguns princípios básicos da Teologia da Libertação, além de distanciá-la da tradição religiosa e, em certos casos, aproximá-la do marxismo, acabam, paradoxalmente, contrapondo-se aos ideais socialistas de Marx que pregam a “aversão à religião”, isto é, um espírito ateu, originado desde os primórdios do desenvolvimento da literatura socialista e comunista. Por outro lado, quando a TL, em seu primeiro princípio básico de seus preceitos a “luta contra a idolatria”, e, entre parênteses (não o ateísmo), deixa-se compreender que aquilo que, significativamente, distancia o cristianismo do marxismo, na nova teologia, não seria ponto, a princípio, de entrave ou contraponto ou, em outras palavras, uma barreira intransponível. Assim, ao travar luta contra o seu inimigo principal (Capitalismo) da religião, a Teologia da Libertação opõe-se, sobretudo, aos princípios católicos.

Enquanto os ideais cristãos e, sobretudo, a “opção preferencial pelos pobres” (desenvolvida em Puebla e Medellín), a partir do desenvolvimento de Comunidades de Bases Cristã, em sua essência, estão preocupados com o bem comum; ou melhor, com aquilo que Weber (apud LÖWY, 2001) chamou de “religiosidade soteriológica comunitária”, uma busca pela sua auto-libertação, os ideais marxistas preocupam-se, todavia, com os “despossuídos”, enquanto classe que poderá ascender-se, unicamente, através da força bruta ou de uma revolução mais contundente; daí sua pretensão coerciva.

De qualquer maneira, a nosso ver, seja do ponto de vista da Teologia da Libertação seja do marxismo, existem mais pontos convergentes que contrapontos, pois, ao fazer “opção preferencial pelos pobres”, ambos, TL e Marxismo, deixam evidentes as suas pré-disposições em favor da luta contra as injustiças, em prol dos menos favorecidos, ou seja, os pobres e suas aversões ao capitalismo. De um lado, a Teologia da Libertação acaba contradizendo alguns princípios da doutrina católica, quando busca uma antecipação da salvação de Cristo e implantação definitiva do seu reino, a partir da libertação histórica consequente à interpretação bíblica, ao comparar enxertos, tais como a história do livro do Êxodo (a luta de um povo escravizado), com os acontecimentos históricos da modernidade, o que provocou preocupação teológica nos átrios do Vaticano. De outro, ao desenvolver uma forte crítica (moral e social) ao capitalismo, enquanto sistema injusto e iníquo, aproxima-se da crítica católica; todavia, distancia-se da tradição católica, ao unir essa crítica com o pensamento marxismo e tê-lo como instrumento socioanalítico, a fim de entender as formas de organização e luta de classes e o espírito do capitalismo. Ao mesmo tempo em que alimenta as Comunidades de Base Cristãs entre os pobres, desenvolvendo, portanto, uma nova forma de ser Igreja, uma “Igreja Libertária”, inspirada por um espírito missionário e revolucionário, contrária ao modo de vida individualista do sistema político capitalista.

Resta-nos, portanto, a frente, esperarmos, dos bispos que se encontram<sup>6</sup> reunidos em Aparecida, as decisões e inovações acerca do futuro da Igreja da América Latina e, certamente, o futuro da Teologia da Libertação, mais especificamente, o futuro da “Igreja Libertária”. A eles cabe, pois, buscar as formas de como a Igreja deve agir, reagir e responder aos desafios da pobreza e da miséria, impostos pelos problemas sociais e políticos da América Latina. Segundo Bento XVI, “tanto o capitalismo como o marxismo prometeram encontrar o caminho para a criação de estruturas justas e afirmaram que estas, uma vez estabelecidas, funcionariam por si mesmas; [...] E esta promessa ideológica se demonstrou como falsa. Os fatos evidenciaram isso” (CELAM, 2007).

<sup>6</sup> Trata-se do V Encontro Episcopal dos Bispos da América Latina e do Caribe (CELAM), reunidos, no momento de escrita deste artigo, em Aparecida, São Paulo.

## 7 REFERÊNCIAS

- BELLO, A. A. **Culturas e religiões: uma leitura fenomenológica**. Bauru, SP: EDUSC, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- BRITO, Lucelmo Lacerda. **Medellín e Puebla: epicentros do confronto entre progressistas e conservadores na América Latina**. In: Revista Espaço Acadêmico, n. 111, agosto de 2010, p. 81-89.
- CELAM. Discurso do Papa Bento XVI. Sala das Conferências. Santuário de Aparecida, 13 de maio de 2007. Disponível em: <[http://www.vatican.va/holy\\_father/benedict\\_xvi/speeches/2007/may/documents/hf\\_ben-xvi\\_spe\\_20070513\\_conference-aparecida\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2007/may/documents/hf_ben-xvi_spe_20070513_conference-aparecida_po.html)>. Acesso em: 15 ago. 2007.
- CIPRIANI, Roberto. **Manual de sociologia da religião**. São Paulo: Paulus, 2007.
- FILARETO, Metropolitana. In: Ecclesia. Disponível em: <[http://www.ecclesia.com.br/biblioteca/miscellaneous/cristianismo\\_e\\_comunismo.html](http://www.ecclesia.com.br/biblioteca/miscellaneous/cristianismo_e_comunismo.html)>. Acesso em: 150 nov. 2007.
- KEPEL, Gilles. **La Revancha de Dios**. Cristianos, Judíos y Musulmanes a la reconquista del mundo. Madrid: Anaya & Mario Muchnik, 1995.
- LEONARDO BOFF FALA SOBRE BENTO XVI, Catolicismo no Brasil e Teologia da Libertação. In. Agência Brasil. Disponível em: [www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/05/09/materia.2007/05/09/materia.2007-05-09.0917703181/view](http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/05/09/materia.2007/05/09/materia.2007-05-09.0917703181/view). Acesso em 10-07-2007.
- LESBAUPIN, Ivo. Marxismo e Religião. In: TEIXEIRA, Faustino (Org.). **Sociologia da religião: enfoques teóricos**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- LIBANIO, João Batista. **Cenários da igreja**. São Paulo: Loyola, 2001.
- LIBERTATIS NUNTIUS: Instruções sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação. In: **Apologética católica**. Disponível em: [www.geocities.com/apologeticacatolica/libertat1.html](http://www.geocities.com/apologeticacatolica/libertat1.html). Acesso em 05-01-2007.
- LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses: a religião e política na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- LÖWY, Michael. Marxismo e religião: ópio do povo? In: BORON, Atílio; AMADEU, Javier; GONZALEZ, Sabrina. **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Argentina, 2007.
- MADURO, Otto. **Religião e luta de classes**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- MARX, Carl & ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- MARX, Carl. **O capital**. Vol. I. São Paulo: Abril Cultural, 2003.
- MOREIRA, Alberto da Silva. **A noção de campo religioso em Pierre Bourdieu: a partir de P. R. de Oliveira**. Texto resumo esquemático utilizado em sala de aula. 2007.

MORTE DO PAPA REACENDE A ESPERANÇA PARA A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO. Disponível em: <<http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=15958>>. Acesso em: 04 maio 2005.

OLIVERI, Giancarlo. **Bíblia**: da vida à palavra. Tupi Paulista: Novas Formas Editorial, 1996.

PALAVRAS DO PAPA BENTO XVI NA SESSÃO INAUGURAL DA V CONFERÊNCIA. Disponível em: <<http://www.celam.info/content/view/188/249/>>. Acesso em: 15 maio 2007.

REDEMPTORIS MISSIO. In: **Vatican**. Disponível em: <[http://www.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/encyclicals/documents/hf\\_ip-ii\\_enc\\_07121990\\_redemptoris-missio\\_po.html](http://www.va/holy_father/john_paul_ii/encyclicals/documents/hf_ip-ii_enc_07121990_redemptoris-missio_po.html)>. Acesso em: 05 jan. 2007.

SOLLICITUDO REI SOCIALIS. In: **Vatican**. Disponível em: <[http://www.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/encyclicals/documents/hf\\_ip-ii\\_enc\\_30121987\\_sollicitudo-rei-socialis\\_po.html](http://www.va/holy_father/john_paul_ii/encyclicals/documents/hf_ip-ii_enc_30121987_sollicitudo-rei-socialis_po.html)>. Acesso em: 05 jan. 2007.